

Artigos

Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (FGV)

Na introdução de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1978 [1922]) não apenas apresenta tema, método e objetivo do que se tornou uma das pesquisas mais fundamentais para a antropologia, como também estabelece algumas das bases do que posteriormente se convencionou chamar de autoridade etnográfica (Clifford 1998). Firmando uma estratégia narrativa dialógica, mas ao mesmo tempo enfatizando sua solidão enquanto etnógrafo, em certa passagem da introdução de *Argonautas* Malinowski propõe: “Imagine-se o leitor, sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” (Malinowski 1978:19). Esse convite à imaginação do leitor é crucial para a produção da autoridade etnográfica, à medida que conecta, sem quaisquer mediações, a credibilidade do que o livro apresenta à experiência singular, individual e em certa medida inapreensível do trabalho de campo realizado por Malinowski.

Setenta anos depois da primeira publicação de *Argonautas*, o antropólogo Michael Herzfeld (1992) publicou *The Social Production of Indifference*, em que se dedica a explorar as raízes simbólicas da burocracia ocidental. De modo provocativo, em determinado momento da obra, Herzfeld aproxima duas modalidades de autoridade: a autoridade etnográfica e a autoridade burocrática. Faz isso, com efeito, parafraseando a passagem supracitada de *Argonautas*, e sugerindo: “Imagine-se o leitor sentado, como Malinowski teria dito, em uma repartição” (Herzfeld 1992:170; tradução livre). Com essa curta frase, o autor não apenas aproxima duas modalidades de autoridade, como também insinua semelhanças entre os personagens que emergem, respectivamente, do exercício de cada uma delas: o etnógrafo e o burocrata.

Guardadas as devidas proporções, o presente artigo também faz um convite a seu leitor. Com ambições muito mais modestas do que as dos autores acima mencionados, porém, o convite aqui é não para que o leitor imagine-se ocupando

os lugares de autoridade do etnógrafo e/ou do burocrata, e sim para que reflita a respeito das implicações da aproximação entre esses personagens em uma situação concreta de pesquisa¹.

O propósito central do texto é discutir, em companhia do leitor, questões de ordem metodológica e ético-política implicadas em uma experiência particular de trabalho de campo entre burocratas: uma pesquisa realizada junto a servidores públicos, funcionários de organizações não-governamentais (ONGs) e membros de associações civis reunidos em uma rede de instituições voltada para o enfrentamento do *desaparecimento de pessoas* no Brasil contemporâneo, fenômeno também designado desaparecimento civil. Casos de desaparecimento civil, como sustenta Oliveira (2007), são episódios de desaparecimento que, diferente dos chamados desaparecimentos políticos, não podem ser enquadrados no tipo penal internacional *desaparecimento forçado de pessoa*².

Ao longo de um ano, entre 2009 e 2010, participei sistematicamente de eventos promovidos pela Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDesap), criada e coordenada desde 2002 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). A rede é uma instância de debates e formulação de propostas para o combate e prevenção de casos de *desaparecimento de pessoa*, e reúne 47 instituições, entre ONGs e órgãos de administração pública municipal, estadual e federal. Inicialmente, parte do público de um de seus encontros nacionais, e movida, sobretudo, pelo interesse de etnografar aquele e outros eventos da rede, paulatinamente tornei-me membro de seu comitê gestor e coordenadora de um curso de capacitação sobre *desaparecimento de pessoas* por ela promovido. Como parte do público, membro do comitê gestor e, em seguida, coordenadora da capacitação, integrei o empreendimento mais amplo em que a rede está engajada: a formulação e denúncia do *desaparecimento* como uma causa pública grave e urgente. Para os membros da rede, a divulgação da causa é umas das estratégias mais eficazes de prevenção e combate do *desaparecimento de pessoas*.

O movimento de crescente participação e multiplicação de papéis por mim desempenhados na ReDesap não desfez meu interesse primordial de etnografar seus eventos. Ao contrário, permitiu-me estender o trabalho de campo já iniciado para todas as reuniões e eventos promovidos pela rede, propiciando acesso não só a encontros regionais e nacionais abertos ao público, como também a reuniões menores e mais restritas. Contudo, se minha crescente participação na rede impulsionou a abertura de novos espaços de pesquisa, por outro lado também engendrou dificuldades, limites e desconfortos imprevistos. É principalmente sobre esses limites e desconfortos que trato neste artigo.

Refletindo a partir do trabalho de campo junto aos membros da rede, espero contribuir para discussões comparativas de duas ordens: (1) comparações com outras experiências de pesquisa etnográfica junto a setores do Estado; e (2) comparações entre os percursos, limites e possibilidades implicadas em tais pesquisas e a imaginação estabelecida entre muitos antropólogos quanto ao que é a pesquisa etnográfica. Para tanto, busco explicitar as implicações da aproximação, constitutiva da situação de pesquisa específica a que me refiro, entre aqueles personagens que emergem do exercício de modalidades de autoridade bastante específicas: o etnógrafo e o burocrata.

O texto está dividido em quatro partes. Nas duas primeiras, explico as condições de produção do trabalho de campo que realizei junto à ReDesap, recompondo a trajetória da pesquisa e as principais questões em torno do *desaparecimento de pessoas* que o trabalho de campo me apresentou. Destaco, ainda, a ênfase por parte de meus interlocutores, em diferentes momentos e com diferentes sentidos e graus de importância, no fato de eu ser pesquisadora, e não servidora pública. Na terceira parte, então, discuto as distâncias entre o trabalho de campo que realizei e os modelos genéricos e imaginações coletivas em torno, por um lado, do que é fazer pesquisa etnográfica e, por outro, da própria figura do etnógrafo. Trato também de algumas convenções, vigentes na antropologia, em torno da figura do burocrata e das burocracias como objeto de pesquisa³. Na quarta e última parte do texto, por fim, defendo uma aproximação possível entre as figuras do etnógrafo e do burocrata, partindo de um episódio do trabalho de campo que realizei. Para tanto, falo de um mal-estar específico que, de meu ponto de vista, envolveu minha presença na ReDesap e, ainda, de uma saída a ele apresentada pela própria situação de pesquisa que essa presença forjou.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA

O *desaparecimento de pessoas* é objeto de campanhas de conscientização, projetos de prevenção e programas governamentais e não-governamentais implementados em diferentes cidades e estados brasileiros. Ademais, é matéria recorrente de noticiários e reportagens amplamente divulgadas por meios de comunicação de massa, tema de artigos, teses e pesquisas acadêmicas (cf. Oliveira 2007; Oliveira 2008; Araújo 2008; Rezende 2012; Ferreira 2013a, 2013b), e, ainda, alvo de investigações, investimentos e iniciativas levadas a cabo em diferentes níveis da administração pública – como, por exemplo, a Comissão Parlamentar de Inquérito que ficou conhecida como CPI das Crianças e Adolescentes Desaparecidos, instalada na Câmara dos Deputados em 2009.

Não obstante, o *desaparecimento* é também um tipo de ocorrência policial registrado e gerido rotineiramente em delegacias de polícia. Nessas repartições, é tratado como fato de menor importância e submetido a recorrentes comparações com outras ocorrências mais prestigiosas (cf. Oliveira 2007; Ferreira 2013a). Dessas comparações, resulta a pejorativa inscrição dos desaparecimentos no universo da chamada *feijoada*, que, como mostram Kant de Lima (1995) e Miranda *et al.* (2010), é cotidianamente construído como apartado do conjunto dos *crimes de verdade* que devem ser investigados em delegacias. Para policiais, *desaparecimentos* não são *problemas de polícia* propriamente ditos como, por exemplo, homicídios, sequestros, roubos e furtos. Diferente dessas ocorrências, que demandam operações de rua e investigações em equipe, diante de *desaparecimentos* caberia à polícia apenas produzir documentos e atender a familiares – tarefas corriqueiras em delegacias, mas, ao mesmo tempo, encaradas pelos próprios policiais como destoantes do que entendem ser *trabalho de polícia*. Em suma, ainda que se dediquem a investigar casos de *desaparecimento* e atender pessoas neles envolvidas, não é sem muito questionar suas atribuições e responsabilidades diante desse fenômeno que policiais o fazem.

Entre 2008 e 2010, dediquei-me a compreender essa contradição entre a formulação e denúncia do *desaparecimento de pessoas* como causa pública grave e urgente e, por outro lado, sua gestão cotidiana como uma ocorrência policial de menor importância. Realizei, para tanto, o que pode ser classificado como uma etnografia multissituada (Marcus 1995), que teve início em um setor da Polícia Civil do Rio de Janeiro e, em seguida, foi estendida para eventos e reuniões da ReDesap. O propósito mais geral que me guiou na pesquisa foi o de compreender como o fenômeno do *desaparecimento* é definido e gerido no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, interessava-se compreender de que forma o *desaparecimento* ganha o estatuto de causa pública, demandando engajamento por parte de múltiplos agentes sociais e investimento de recursos por parte de diferentes órgãos de administração pública. Conforme argumenta Souza Lima (2002), a definição e o uso de categorias jurídico-normativas, políticas públicas e problemas sociais implicam mais que aplicação de regras e normas pré-determinadas a realidades supostamente dadas ao conhecimento. Categorias, políticas e problemas conectam-se aos mundos sociais que buscam circunscrever por meio de processos, mobilizações e disputas complexas e intrincadas que podem ser apreendidas por meio de pesquisa etnográfica. Foi partindo dessa premissa que busquei compreender como o problema ou a causa do *desaparecimento de pessoas* é definida, denunciada e gerida no Brasil.

Quando esses propósitos compunham ainda um projeto de pesquisa bastante vago, tratei de buscar portas de entrada na ampla malha de burocracias que lida com o fenômeno do *desaparecimento* no Brasil. Importava-me pensar o “gestar e gerir” (Souza Lima 2002) dessa causa atentando-me menos para diretrizes, regulamentos e normativas legais a ela voltadas, e mais para as práticas e representações constitutivas do cotidiano de sua administração - daí a busca por espaços burocráticos para realização de trabalho de campo. Foi então que eu soube da existência, na estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro, de um setor especializado em casos de *desaparecimento*: o Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital⁴.

Em março de 2008 estive pela primeira vez naquela repartição, e comecei a negociar a possibilidade de realizar ali meu trabalho de campo. Depois de muito esperar e enfim obter uma autorização subscrita e carimbada por um dos delegados da DH, entre outubro de 2008 e dezembro de 2009 frequentei regularmente o Setor, acompanhando a rotina dos policiais que ali trabalhavam. Acompanhar essa rotina incluiu ler, transcrever e analisar documentos por eles recebidos, produzidos e arquivados diariamente. Repartições burocráticas, afinal, compõem-se de funcionários que ocupam ativamente cargos públicos e de seus arquivos de documentos e expedientes (Weber 1963). Fazer trabalho de campo em uma repartição policial, portanto, implicou atentar-me não só para interações que ali tinham lugar, mas também para os papéis produzidos e colocados em circulação no decurso dessas interações.

Ao longo do trabalho de campo, tanto nas interações que observei, quanto naquelas que mantive com policiais e com os papéis por eles manipulados, constatei que a categoria *desaparecimento* dá título a ocorrências policiais cujos enredos variam consideravelmente. Abarca, nesse sentido, desde casos de crianças e adolescentes que fogem de casa ou de abrigos e outras instituições públicas, adultos que optam por deixar suas rotinas, famílias e empregos, idosos que perdem os sentidos e se perdem na cidade, e vítimas de acidentes, intempéries e calamidades públicas

cujos corpos não são encontrados, até pessoas assassinadas cujos cadáveres foram destruídos ou ocultados. Essa atordoante heterogeneidade de dramas e tramas registradas por policiais como casos de *desaparecimento* é organizada, simplificada e domesticada pelos agentes do SDP através do recurso a um par de opostos acionado correntemente em conversas, documentos e telefonemas por eles atendidos no cotidiano. Trata-se da dupla: *problemas de família X problemas de polícia*.

Esse par de opostos, da forma como é empregado pelos policiais, permite-lhes demarcar espaços sociais distintos, nos quais ocorreriam conflitos de naturezas distintas. Por um lado, o território dos *problemas de família* albergaria questões, dramas e conflitos cujas causas seriam “familiares”, dentre os quais estariam desaparecimentos de pessoa, ao passo que os *problemas de polícia* acolheriam apenas episódios de “violência urbana” e “criminalidade”⁵. A demarcação da diferença entre esses tipos de *problema* serve fundamentalmente à definição de atribuições e responsabilidades: para os policiais, enquanto a investigação de *problemas de polícia* demanda sua atuação, lidar com *problemas de família* não é algo reconhecido como parte de suas atribuições⁶. *Desaparecimentos de pessoa*, assim como casos de violência doméstica, são invariavelmente classificados pelos agentes como *problemas de família*. Com isso, têm sua pertinência ao universo das delegacias e demais repartições policiais questionada a todo momento. Nas palavras da policial que chefiou o SDP durante minha pesquisa, “isso não é serviço nosso, mas a gente acaba fazendo”.

Como busquei sustentar na tese que resultou da pesquisa iniciada no SDP (Ferreira 2011), indexando o vasto e variado conjunto de casos de que se encarregam como *problemas de família*, policiais dedicados exclusivamente a *desaparecimentos de pessoa* domesticam o caráter extraordinário desse tipo de ocorrência e da variedade de enredos que ela engloba. Com isso, não só negam qualquer gravidade e senso de urgência a esse fenômeno, mas, sobretudo, eximem-se de responsabilidades diante dele. Para usar a expressão cunhada por Herzfeld (1992) no trabalho já referido, essa classificação informal produzida e reproduzida pelos policiais funciona como um mecanismo de exclusão categórica, por meio do qual *desaparecimentos* são colocados fora de seu rol de atribuições, num claro processo de produção de indiferença. Tal processo é justificado por meio do uso de categorias supostamente auto-evidentes, entre as quais se destaca a “família”. “Família”, no SDP, designa toda unidade doméstica, arranjo familiar ou círculo de relações que seja comum à pessoa desaparecida e aqueles que por ela procuram. Essa “família” é encarada pelos policiais como uma unidade auto-contida, que necessariamente tem *problemas* que devem ser geridos sem o recurso à polícia.

Ainda nos meus primeiros contatos com esse mecanismo de exclusão, enquanto apenas ensaiava apreender seus sentidos, fui surpreendida pela policial-chefe do SDP com um convite. Eu completava meu terceiro mês de pesquisa, e ela estendeu a mim um convite que havia chegado ao Setor naquela semana: o chamado aos agentes do SDP para participar do II Encontro Nacional da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescente Desaparecidos (ReDesap), que aconteceria dias depois na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniria, como me informou a policial, não só policiais, mas também outros agentes sociais que lidam com *desaparecimentos de pessoa*. Destacando que a rede contava também com ONGs, associações de familiares de pessoas desaparecidas

e órgãos de assistência social, a policial afirmou que seria “bom para a pesquisa” que eu então desenvolvia que eu estivesse presente. Sugeriu, ainda, que se fosse necessário, eu poderia me inscrever “pelo Setor, junto com os policiais”. De seu ponto de vista, acionar meu vínculo com o SDP garantiria minha participação no evento, ao passo que me inscrever como pesquisadora, papel encarado por ela como frágil, naquele contexto, seria arriscado. “Eu te autorizo”, disse-me ela.

Começava ali, com aquele convite, meu trânsito do espaço exíguo do SDP, onde realizava trabalho de campo junto a policiais, em direção aos amplos gabinetes, salas de convenções e salões de reunião em que ocorrem eventos da ReDesap, onde realizei trabalho de campo junto a outros servidores públicos. Ao todo, participei de dezessete eventos promovidos pela ReDesap entre dezembro de 2009 e novembro de 2010, ocupando diferentes posições e aumentando gradualmente minha participação. Começava ali, portanto, a trajetória de pesquisa e participação que me propus a discutir nesse trabalho. Como busco descrever, movendo-me da repartição policial para o espaço de debates propiciado pela ReDesap, pude tomar contato com a ampliação e o reforço do mecanismo de exclusão categórica acionado por policiais, promovidos por outros agentes e agências de administração pública que também lidam com o *desaparecimento de pessoas* no Brasil. Por outro lado, porém, com esse trânsito pude também experimentar novas possibilidades de atuação face a esse fenômeno. E, se como comento mais adiante, aquele mecanismo de exclusão desdobrou-se em um grande desconforto que acompanhou meu trabalho de campo, estas novas possibilidades de atuação foram capazes de minimizá-lo.

TER OU NÃO TER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A afirmação da policial-chefe do SDP de que participar do II Encontro Nacional da ReDesap seria “bom para a pesquisa” que eu então desenvolvia faz sentido no marco mais amplo das representações em torno do *desaparecimento de pessoas* expressa, por ela e outros policiais, através do par de opostos *problemas de família* X *problemas de polícia*. Isto é, a sugestão da policial pode ser propriamente compreendida se considerarmos o que está em jogo nessa dicotomia. O que a inspetora me dizia ao propor que eu fosse ao evento da ReDesap era que seria “bom para a pesquisa” que eu tomasse contato com os agentes que, de seu ponto de vista, realmente devem lidar com *desaparecimentos de pessoa* no Brasil: familiares de pessoas desaparecidas, além de assistentes sociais e servidores públicos que não policiais civis como ela e seus colegas de Setor. Afinal, como ela mesma já me havia dito, “isso não é serviço nosso, mas a gente acaba fazendo”. *Desaparecimentos*, para os agentes do SDP, são “serviço” de famílias de pessoas desaparecidas e/ou de ONGs, associações e órgãos de assistência social, e não de policiais.

Certamente sem compreender, naquele momento, esse quadro mais amplo de representações, segui a sugestão da policial e me inscrevi no II Encontro Nacional da ReDesap. Optei por solicitar a inscrição como pesquisadora, e não “pelo Setor”, e contrariando expectativas, minha participação foi rapidamente autorizada. Ao longo dos três dias pelos quais se estendeu o evento, estabeleci frentes de diálogo com outros policiais que não

os do SDP, mas também com os agentes sobre os quais a policial-chefe do Setor havia chamado minha atenção: familiares de pessoas desaparecidas, em sua maioria reunidos em ONGs e associações, além de assistentes sociais e outros servidores públicos como, por exemplo, gestores de políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Abrir tais frentes de diálogo foi, de fato, “bom para a pesquisa”, embora em sentidos outros que não o atribuído a esses termos pela policial.

Digo isto porque já naquele evento comecei a tomar contato com o que de mais fundamental os encontros e reuniões da rede permitiram-me conhecer sobre a ReDesap: as disputas estabelecidas entre seus membros, fundamentais para a formulação do *desaparecimento de pessoas* como causa pública. Em linhas gerais, membros da rede posicionam-se numa tríade bastante clara: numa ponta, os policiais, que enunciam, também nos eventos, sua visão dos casos que aportam em delegacias como *problemas de família*; em outra ponta, gestores de políticas públicas de várias áreas temáticas, que reforçam a classificação produzida por policiais, somando a ela diagnósticos e dados sobre conflitos familiares e sobre o que chamam de “violência intrafamiliar”; e, por fim, numa outra ponta, e com um papel muito específico, as mães de desaparecidos, que se apresentam como representantes autorizadas das “famílias” de pessoas desaparecidas. São as mães que promovem um movimento crucial para a denúncia pública do *desaparecimento de pessoas*: acionando os casos de seus filhos, essas mulheres conectam dramas particulares à causa mais geral do *desaparecimento*, associando descrição e comoção (cf. Boltanski 1993:17). Ademais, as mães pronunciam-se nos eventos da rede defendendo as “famílias” da posição em que policiais e gestores as situam, e buscando sustentar que o *desaparecimento* é sim um *problema de polícia*, mas agregando ainda mais uma classificação: a de que alguns casos são, também, *problemas de assistência social*⁷. Em suma, a tríade policiais-gestores-mães estabelecida em encontros da ReDesap promove a multiplicação de classificações do que seja o *desaparecimento de pessoas* (*problema de família*, *problema de polícia* e/ou *problema de assistência social*), através principalmente dos embates travados entre suas pontas.

Tais embates configuram um jogo de acusações mútuas de omissão, falha e falta de comprometimento entre membros da rede que se revelam centrais para que ela siga promovendo eventos, mobilizando recursos e reunindo agentes e agências que lidam, a partir de perspectivas particulares, com o *desaparecimento de pessoas*. Isto porque as oposições entre policiais, gestores de políticas públicas e mães de pessoas desaparecidas que têm lugar na ReDesap são fundamentais para a contínua formulação e denúncia de que o *desaparecimento* é uma questão grave e urgente que assola o Brasil contemporâneo – o que justifica, entre outras coisas, a existência da própria rede. Não obstante, se o jogo de acusações e os embates estabelecidos entre seus membros é tão fundamental para a rede e para a causa do *desaparecimento*, ao mesmo tempo é central que haja entre eles também pontos de convergência.

Já no II Encontro Nacional tomei contato com o principal desses pontos de convergência: o projeto ainda não implementado de um Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que deve consistir em uma base de dados completa, capaz de reunir todos os casos de *desaparecimento* ocorridos em território brasileiro. A despeito de suas divergências e acusações mútuas, policiais, gestores de políticas públicas e mães de pessoas desaparecidas

concordam que só tal Cadastro pode, por um lado, auxiliar nas investigações de casos particulares e, por outro, subsidiar a produção de estatísticas confiáveis que venham alimentar a formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento do *desaparecimento de pessoas*.

Dentre as frentes de diálogo que abri a partir daquele evento, mostrou-se especialmente frutífero o canal de comunicação estabelecido com os gestores de políticas públicas da SDH/PR. À frente do grupo estava o então coordenador da ReDesap, um gestor da Secretaria que é, também, antropólogo. Estimulada por essa coincidência, relatei a ele que estava ali em função de minha pesquisa de doutorado, falei em linhas gerais sobre o trabalho de campo então em curso no SDP, e fiz perguntas sobre o projeto do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Também para o gestor/antropólogo, o Cadastro era peça central ao enfrentamento do *desaparecimento*.

Para minha surpresa, seis meses depois do II Encontro Nacional da ReDesap e de nossas primeiras conversas, recebi um telefonema desse gestor/antropólogo. Enquanto coordenador da rede, ele estava organizando uma reunião do comitê gestor e achava que minha presença poderia lhes ser útil, em função do conhecimento que eu viria acumulando com meu trabalho de campo no SDP⁸. A reunião seria em torno do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que entrava em fase inicial de desenvolvimento tecnológico por parte de uma equipe da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O comitê gestor da ReDesap deveria se reunir com a equipe da SENASP para debater os termos do Cadastro, e o convite do gestor/antropólogo era para que eu integrasse aquela reunião, tendo inclusive minha ida à Brasília custeada pela SDH/PR. Perguntei se não seria um problema para a Secretaria arcar com meus bilhetes aéreos, e o gestor/antropólogo me disse que não. Diferente da perspectiva a mim apresentada meses antes pela policial-chefe do SDP, para ele, minha condição de pesquisadora teria força o suficiente não só para garantir, como também para justificar minha participação em um evento da rede.

Inesperadamente, porém, no dia anterior à reunião recebi a notícia de que minha passagem não fora emitida porque eu não tinha, nos termos de uma servidora da SDH/PR, “vínculo com a administração pública”. Tal vínculo significava, como ela posteriormente me explicou, ser servidor público. Naquele momento, portanto, ser pesquisadora revelou-se insuficiente para permitir o financiamento público à minha viagem, embora eu tivesse frisado que contava, para realizar meu doutorado, com bolsa de estudos de uma agência de fomento à pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia⁹. Independente disso, porém, ficou claro que se ser pesquisadora poderia justificar minha participação no âmbito da rede, por outro lado não ser servidora pública impunha limites a essa participação.

Diante da situação, optei por custear minha ida à Brasília, e assim integrei a reunião entre comitê gestor da ReDesap e equipe da SENASP. A partir dali, minhas relações com membros da rede, em especial os que integravam seu comitê gestor, se consolidaram, se intensificaram e, também, se transformaram. A despeito dessas transformações, em diferentes ocasiões e diante de variados interlocutores, os membros do comitê referiam-se a mim de duas únicas formas: ora como *nossa pesquisadora*, ora como mais um componente do comitê. A figura da nossa pesquisadora aparecia em situações em que referências à minha pesquisa pareciam úteis para referendar demandas do comitê gestor, principalmente diante da equipe da SENASP. Importava, nessas ocasiões, enfatizar que

meu conhecimento sobre o *desaparecimento de pessoas* – e, por extensão, o conhecimento do comitê - baseava-se em pesquisa acadêmica, o que parecia me livrar automaticamente de vieses e de toda forma de parcialidade. Os demais membros do comitê, ao contrário, falariam sempre de posições particulares e movidos por interesses específicos, o que enfraqueceria suas demandas.

Já minha posição indiferenciada como mais um componente do comitê era evocada, em determinadas situações, para evidenciar o caráter participativo e inclusivo da ReDesap. Ouvi algumas vezes, em ocasiões em que fui apresentada a outros membros da rede ou a interlocutores do comitê gestor, que “a rede inclui policiais, ONGs, conselheiros tutelares, familiares de desaparecidos e até mesmo a universidade” – “universidade” esta aparentemente personificada por mim. As alusões alternadas a essas duas formas de definir minha presença na rede, a *nossa pesquisadora* e a participante indiferenciada do comitê gestor, gradualmente sobrepujaram-se a possíveis referências ao fato de eu ter ou não ter vínculo com a administração pública - isto é, ser ou não ser servidora pública.

Paulatinamente, esse ter ou não ter vínculo, acionado até então em pelo menos dois momentos cruciais de minha pesquisa, tornou-se tema cada vez mais raro, até que aparentemente desapareceu de minhas interações na ReDesap. A meu ver, esse desaparecimento indica, entre outras questões, que as distâncias e diferenças entre pesquisadores e servidores públicos, ou, para começar a retomar as personagens evocadas no começo desse texto, o etnógrafo e o burocrata, não devem ser encaradas como dados substantivos, fixos e incontornáveis. Ao contrário, o que a trajetória de pesquisa que venho apresentando sugere é que as diferenças e distâncias entre essas personagens percorrem, elas mesmas, trajetórias: são acionadas ou desaparecem, têm força ou revelam-se frágeis, sempre em contextos particulares, e sempre de forma dinâmica e, sobretudo, relacional. É imprescindível, portanto, explicitar as relações e os contextos específicos em que encontros ou evocações dessas figuras têm lugar.

ENTRE O QUE É “BOM PARA A PESQUISA” E “CERTO MAL-ESTAR”

Entre julho de 2009, quando recebi o telefonema do gestor/antropólogo, e novembro de 2010, data do último encontro da ReDesap de que participei, integrei quase duas dezenas de eventos promovidos pela rede, entre reuniões do comitê, encontros regionais, encontros nacionais e cursos de capacitação. Diferente do II Encontro Nacional e, em seguida, da mencionada reunião entre o comitê gestor e a equipe da SENASP que formularia o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, nos demais eventos recebi financiamento da SDH/PR, principalmente para deslocamento¹⁰. Desde aquele telefonema foram manifestos, tanto pelo gestor/antropólogo que me procurara quanto por mim, que minha participação na rede era ambivalente: por um lado, atendia aos meus interesses de pesquisa, tendo como finalidade última a produção de uma tese de doutorado a ser submetida ao julgamento de meus pares na academia, e não de meus interlocutores na ReDesap; por outro lado, respondia também a interesses dos próprios membros da rede, notadamente os integrantes de seu comitê gestor, em contar com uma pesquisadora que tivesse conhecimento supostamente neutro sobre o *desaparecimento de pessoas*. Ademais, a

presença de uma pesquisadora também era útil à medida que evidenciava o caráter participativo da ReDesap, que conta “até mesmo com a universidade”.

Minhas expectativas diante dessa ambivalência eram de que, invariavelmente, minha simples presença em eventos e reuniões causaria desconforto a meus interlocutores e, por conseqüência, também a mim. Eles se sentiriam observados em suas práticas e interações, já que, de fato, observá-los estava dentre minhas técnicas de pesquisa. Não foi isso que aconteceu, porém. Aquela ambivalência de fato gerou desassossegos, mas não em termos de constrangimentos em função de uma possível posição de observadora a ser ocupada por mim. Antes, desdobrou-se em desconfortos de outras ordens, bastante específicos e distintos entre si: (1) o mal-estar decorrente do hiato entre as condições efetivas em que se deu minha pesquisa e as representações estabelecidas sobre o que é a pesquisa etnográfica; e (2) o mal-estar decorrente do meu engajamento, junto aos membros do comitê gestor da rede, na produção de classificações que podem replicar, reforçar e ampliar o já referido mecanismo de exclusão categórica acionado por policiais diante de *desaparecimentos de pessoa*.

O primeiro desses desconfortos consiste precisamente naquilo que Pacheco de Oliveira (2009) denomina “um certo mal-estar na Antropologia”. No texto, Pacheco de Oliveira sustenta que se há um mal-estar em torno de certos modos de fazer antropologia caracterizados como participativos ou, por vezes, “de excessiva militância” (2009:3), esse mal-estar não decorre, sem mediações, das posições, relações e enredamentos em que os antropólogos se colocam em situações concretas de pesquisa. Enredamentos, relações e posições são, e talvez sempre tenham sido, matéria-prima de todo fazer etnográfico, ainda que haja múltiplas formas de executar esse fazer. O mal-estar diante de pesquisas caracterizadas por graus consideráveis de participação, argumenta o autor, decorre primordialmente de uma distância pouco debatida, mas determinante de cíclicas “crises” da disciplina, entre as auto-representações que produzimos sobre a antropologia e as pesquisas e estudos que efetivamente realizamos quando fazemos antropologia.

Para refletir sobre essa auto-representação vale retomar alguns elementos do trecho de *Argonautas do Pacífico Ocidental* que citei no começo do presente texto: o etnógrafo solitário, a praia tropical distante, a aldeia nativa pronta a ser conhecida e o barco desaparecendo de vista e desfazendo, temporariamente, a conexão entre o etnógrafo e o mundo a que ele pertence. Descontextualizando e reunindo de modo genérico elementos como esses, a auto-representação da antropologia de que fala Pacheco de Oliveira guarda diferenças e distâncias intransponíveis com a pluralidade de modos, artefatos e produtos dos fazeres antropológicos que temos produzido atualmente. O ideal do etnógrafo solitário que se aproxima da aldeia nativa movido por interesses unívocos e unilaterais, e que estabelece com os nativos uma relação unidimensional que deve originar um texto monográfico, não só não se assemelha às variadas formas de fazer antropologia de que dispomos hoje, mas também envolve a própria disciplina em um nebuloso modelo inoperável de produção de conhecimento. O mesmo vale, por outro lado, para a imaginação a ele correspondente em torno da aldeia nativa distante, quase alheia ao processo de pesquisa empreendido pelo etnógrafo.

Minha experiência de pesquisa na ReDesap se presta, ao lado de tantos outros trabalhos de campo realizados junto a instituições, burocracias e setores do Estado, a exemplificar o hiato entre essas imaginações e modos efetivos de fazer antropologia. Isto porque, entre outras razões, a posição de *nossa pesquisadora* que ocupei na rede foi claramente propiciada tanto por meus interesses de pesquisa quanto pelo interesse dos próprios membros da ReDesap em ter uma especialista em *desaparecimento de pessoas* em seu comitê gestor. Os interesses em jogo nas nossas relações, portanto, não eram unilaterais, e o movimento de aproximação não partiu apenas de mim em relação a eles. Ademais, minha presença na rede desdobrou-se em diferentes funções a mim atribuídas em distintos momentos e situações, funções essas que excedem o supostamente unidimensional vínculo pesquisador-pesquisado.

Se nas primeiras reuniões do comitê gestor eu era a pesquisadora a quem perguntas pontuais poderiam ser feitas, em eventos regionais e nacionais da rede me foi dada a palavra e demandado que eu fizesse palestras para todos os presentes, compartilhando meus conhecimentos sobre o tema que nos congregava. Não obstante, em um dado momento me foi ainda feito o convite para montar uma equipe, produzir material didático e ministrar cursos sobre *desaparecimento de pessoas* nas capitais de seis estados brasileiros, coordenando o que foi designado “Programa de Capacitação de Atores Estratégicos no âmbito da ReDesap”. Sob o rótulo de nossa pesquisadora, portanto, desempenhei múltiplos papéis e funções. Tais papéis e funções resultaram não apenas em minha tese de doutorado, mas também em outros produtos, como, por exemplo, o material didático e o curso ministrado, além de documentos produzidos em eventos e reuniões da rede.

Documentos, aliás, foram não apenas um dos tipos de produto da pesquisa junto à rede, mas também um artefato etnográfico fundamental para meu trabalho de campo como um todo, tanto na ReDesap quanto, anteriormente, no Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital. Se o leitor se lembrar, uma autorização subscrita e carimbada por um dos delegados da DH foi essencial para que eu iniciasse meu trabalho de campo junto a policiais; ademais, a transcrição, leitura e análise de documentos produzidos, manipulados e arquivados pelos agentes do SDP foi parte constitutiva do mesmo trabalho de campo. Como lembra Riles (2009), práticas de documentação e a habilidade de criar e manter arquivos são emblemas máximos da burocracia moderna. Realizar trabalho de campo em espaços burocráticos demanda, nesse sentido, que encaremos documentos como artefatos etnográficos, constitutivos que são não apenas de regras, ideologias e subjetividades, mas também das próprias organizações em que circulam e/ou são produzidos (Hull 2012).

Ainda que não sejam poucos os antropólogos que realizam pesquisas em arquivos e setores do Estado que lhes demandam atentar para documentos (cf. Souza Lima 1995; Vianna 1999; Carrara 1998; Cunha 2002), de modo geral registros burocráticos são negligenciados enquanto artefatos etnográficos. Se, como argumenta Riles (2009), isso se deve em parte ao fato de que pesquisadores produzem e usam registros burocráticos tanto quanto seus eventuais “nativos”, haja vista os editais, formulários, relatórios e prestações de conta com que têm que lidar no cotidiano, eu gostaria de propor aqui uma segunda razão para tal negligência: o fato de documentos não se

fazerem presentes na auto-representação da antropologia comentada acima, destoando da imaginação coletiva em torno do fazer etnográfico. No quadro imaginário composto pelo etnógrafo solitário, pela aldeia nativa e pela longínqua praia tropical não há espaço para autorizações formais a serem assinadas e carimbadas por delegados de polícia, para registros de casos de *desaparecimento de pessoa*, ou, ainda, para atas de encontros e reuniões promovidas por redes de instituições. A meu ver, essa é uma das motivações principais para que antropólogos que encaram documentos como artefatos etnográficos justifiquem a opção por fazê-lo de modo frequente e, algumas vezes, excessivo¹¹.

Dos elementos constitutivos de minha experiência de pesquisa, contudo, não são apenas os documentos, os múltiplos interesses em jogo, as várias posições que ocupei e os diversos produtos gerados por meu trabalho de campo que destoam do quadro pintado e emoldurado pela auto-representação da antropologia. Também meus interlocutores, em sua imensa maioria servidores públicos, parecem dissonantes face à aldeia nativa que habita a praia tropical distante. Não é sem motivo, afinal, que em duas de suas obras Herzfeld (1992, 1997) insiste em defender que há consideráveis similaridades entre as sociedades tradicionalmente estudadas por antropólogos e aquelas administradas burocraticamente, numa espécie de chamado à inclusão de burocratas e burocracias no quadro imaginário que supostamente descreve o fazer etnográfico.

Herzfeld defende que burocracias público-estatais, se encaradas em seu plano de existência mais concreto, revelam-se sustentadas em mecanismos e dinâmicas sociais que implicam crenças, identidades, localismos, estereótipos e mitos. Nesse sentido, embora vistas como objetos exóticos no campo da antropologia, como mostra Miranda (2005), burocracias não são menos “simbólicas”, nem mais “racionais” que quaisquer outros conjuntos de instituições, grupos ou sociedades consideradas propriamente afins à pesquisa etnográfica¹². Sua idiossincrasia, porém, é que faz parte de sua poética um processo constante de apagamento dos próprios mecanismos em que se sustenta seu poder. A esse apagamento corresponde a naturalização de uma ideia de Estado (cf. Abrams 1977) como entidade autônoma, puramente formal, objetiva e racional. No mesmo sentido, a esse apagamento corresponde também uma representação dos funcionários de Estado, aqueles que possuem o “vínculo com a administração pública” de que me falou a policial-chefe do SDP, bem como das repartições públicas, como figuras e espaços de pouco ou nenhum interesse etnográfico.

Realizado primordialmente em repartições e junto a servidores que ocupam cargos variados em diferentes órgãos de administração pública, o trabalho de campo que venho apresentando é nitidamente divergente do modelo imaginário de encontro entre etnógrafo solitário e aldeia nativa distante. Lidar com essa divergência e superar o mal-estar por ela causado foi possível através de dois procedimentos principais. O primeiro deles é a explicitação das condições de realização da pesquisa, em parte recompostas nesse trabalho. Esclarecer relações, interesses e categorias acionadas durante o trabalho de campo é, mais do que mera praxe na antropologia, um compromisso ético que segue sempre em duas vias: em direção aos interlocutores diretos do pesquisador no curso da pesquisa, e, também, em direção a outros antropólogos que venham a conhecer, avaliar e dialogar com seus resultados.

O segundo desses procedimentos, não menos importante que a explicitação das condições de produção da

pesquisa, é a criação de espaços de diálogo não apenas com outras etnografias, através de leituras sistemáticas, mas também com outros antropólogos com pesquisas concluídas e/ou em curso. Pesquisadores que já realizaram ou estejam realizando trabalho de campo não simplesmente encarnam, e sim adensam, complexificam e problematizam a figura idealizada do etnógrafo solitário, tornando trocas de experiências e debates coletivos expedientes fundamentais para enfrentarmos, senão muitos, ao menos “um certo mal-estar” difuso no campo da antropologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estreitamento e a consolidação das relações de pesquisa e participação que mantive no âmbito da ReDesap permitiu que eu melhor conhecesse as posições de agentes envolvidos com o *desaparecimento de pessoas* no Brasil, ao mesmo tempo em que lhes permitiu fazer uso da presença de uma pesquisadora – ou melhor, *nossa pesquisadora*. Como também já mencionado, a partir de convites e da gradativa abertura de espaços e oportunidades, proferi palestras, participei da formulação de material didático e conduzi cursos de capacitação.

Participar dos eventos e iniciativas da rede e atender a solicitações como a daquela mãe, a convites para produzir material didático e a chamados para reuniões foram, além de atividades valiosas em si mesmas, decisões de pesquisa cruciais para que eu seguisse tentando compreender como o *desaparecimento de pessoas* é gestado e gerido no Brasil. À medida que cumpri compromissos firmados com membros da ReDesap, permeando minhas notas de campo com listas de tarefas a executar e prazos a honrar, me engajei em certo circuito de trocas que, como nos ensina Mauss (2003), evidentemente não se esgotou nas palestras proferidas, convites aceitos, “propostas” redigidas e demais coisas trocadas. Como ocorreu a Schuch (2009) em sua pesquisa sobre práticas de justiça voltadas a crianças e adolescentes no Brasil pós-ECA, também no meu caso “a ênfase na ‘participação’, ao invés de um deslize semântico, foi, ao mesmo tempo, uma condição, um instrumento de pesquisa e um dado envolvente de campo.” (Schuch 2009: 86)

O marco inicial desse circuito, como já me referi, foi a reunião entre comitê gestor da ReDesap e equipe da SENASP para a qual fui convidada por telefone pelo gestor/antropólogo que então coordenava a rede. Naquela ocasião me foi explicado que caberia exclusivamente à equipe da SENASP produzir o *software* que daria base ao tão desejado Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Não obstante, aquela equipe e o comitê gestor da ReDesap deveriam definir juntos, paralelamente à produção do *software*, o que constaria no conteúdo do Cadastro – isto é, que informações sobre cada caso de *desaparecimento* cadastrado deveriam ser registradas.

Naquela e em outras reuniões em torno desse conteúdo, um dos temas que mais demandou tempo, debate e energia por parte tanto do comitê quanto da equipe da SENASP foram as categorias que seriam usadas para classificar os casos cadastrados. Ao fim e ao cabo, os dois grupos acordaram em instituir seis *tipos de desaparecimento* para constar do Cadastro: (a) desaparecimento enigmático de pessoa; (b) afastamento/abandono do convívio familiar; (c) evasão de local de custódia legal; (d) subtração por familiares; (e) sequestro; (f) vítimas de calamidades, intempéries e acidentes¹³. De acordo com os planos de seus idealizadores, assim que o Cadastro

entrar em funcionamento todo caso deverá ser classificado a partir de um desses tipos já no ato de seu registro.

Ao longo das reuniões em que esses *tipos de desaparecimento* foram debatidos era notório um esforço bem sucedido por parte da equipe da SENASP e dos delegados de polícia que integravam o comitê gestor da ReDesap em separar, no próprio Cadastro, um *tipo* específico de *desaparecimento* que desse conta dos únicos casos que, de seu ponto de vista, devem ficar a cargo da polícia: o chamado *desaparecimento* enigmático de pessoa. Os demais *tipos*, cinco no total, deveriam ser geridos por órgãos de assistência social e, em se tratando de *desaparecimentos* de crianças e adolescentes, também por conselhos tutelares – e não, em hipótese alguma, por delegacias e outras repartições policiais. Em suma, a demanda mais fundamental de delegados e servidores da SENASP diante do Cadastro resumia-se na seguinte frase, proferida repetidas vezes por um dos membros do comitê gestor: “Nós temos que separar o verdadeiro desaparecimento, porque é só nesse que a polícia tem que entrar”.

Os *tipos de desaparecimento* definidos no Cadastro, nesse sentido, serviam menos à organização de casos, produção de estatísticas e definição de cursos de ação específicos a se tomar diante de cada *desaparecimento*, e mais à institucionalização e difusão para todo o país da dicotomia que vi, durante o trabalho de campo no SDP, sendo acionada por policiais civis do Rio de Janeiro. O Cadastro, afinal, distinguiria uma minoria de casos que demandam atuação policial de todos os outros aos quais é negado, já de saída, o estatuto de *problema de polícia*. Defendendo que a maior parte dos *tipos de desaparecimento* que ocorrem no Brasil fique a cargo de órgãos de assistência social, delegados e outros servidores da área de segurança pública transformaram o Cadastro, em suma, em um meio legítimo para se desresponsabilizar diante do *desaparecimento de pessoas*, institucionalizando um mecanismo de exclusão categórica.

Acompanhar de perto esse processo – ou melhor, participar ativamente dele, na condição de *nossa pesquisadora* - foi a fonte do mal-estar mais gritante que senti no curso da pesquisa. Somando-se ao desconforto derivado da distância entre a pesquisa que eu realizava e a auto-representação da antropologia, foi no mínimo um desafio lidar e compartilhar da produção de categorias fechadas e fronteiras rígidas não só entre *tipos de desaparecimento*, mas também entre supostas unidades de responsabilidade cujas obrigações seriam excludentes: a segurança pública e a assistência social. Isto porque, enquanto *nossa pesquisadora*, a despeito de “não ter vínculo com a administração pública”, eu me via alimentando um dos componentes mais terríveis do exercício de poder das burocracias público-estatais: o recurso a classificações e taxonomias incontornáveis, que podem engendrar processos violentos de não reconhecimento e exclusão.

Documentos, práticas e procedimentos políticos e burocráticos como aqueles de que tomei parte na rede dificilmente acomodam perspectivas analíticas (Riles 2006), e a meu ver esse mal-estar correspondeu à compreensão prática disso e, conseqüentemente, do imenso desafio de “juntar as práticas do exercício acadêmico com as do exercício da intervenção”. (Souza Lima e Castro 2008:35). Não obstante, esses mesmos exercícios de pesquisa e participação construíram uma inesperada e fugaz ponte entre essas práticas, apresentando-me um caminho senão de saída, ao menos de reflexão a seu respeito. É apresentando esse caminho reflexivo que encerro o presente trabalho.

“Ouvindo você falar eu entendi. Realmente, o desaparecimento é isso, um fenômeno.” Com esses dizeres e

um largo sorriso, a mãe de uma criança desaparecida e fundadora de uma associação de familiares se aproximou de mim ao final do evento da ReDesap em que nos conhecemos, em um hotel no Centro do Rio de Janeiro, dia 24 de agosto de 2010. Era o primeiro de uma série de eventos locais que conduzi no âmbito do “Programa de Capacitação de Atores Estratégicos no âmbito da ReDesap”.

Em todos aqueles eventos, ao longo de minhas falas fiz referências ao *desaparecimento de pessoas* como “o fenômeno do desaparecimento”, ou simplesmente “o fenômeno” – e isto não por ter escolhido esse termo em função de critérios específicos, mas por utilizá-lo correntemente para designar os mais variados fatos sociais tomados por cientistas sociais como objeto de estudo. Do ponto de vista daquela mãe, porém, havia algo de especial nessa palavra. Para ela, o termo parecia capaz não de excluir ou não reconhecer, mas sim de sustentar e transmitir a força desestabilizadora, atordoante e enigmática do *desaparecimento de pessoas*. Exercia, portanto, uma força oposta à dos *tipos* que o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas definia: ao invés de separar e excluir, incluía e contemplava a complexidade daquele fenômeno.

Aquela foi a única mãe de desaparecido presente no evento de agosto de 2010. Diferente de muitos casos que ouvi, li e acompanhei ao longo da pesquisa, o *desaparecimento* de sua filha foi solucionado. A menina, que tinha 9 anos quando desapareceu, foi encontrada morta. Na mesma época, outra mãe que havia passado por situação semelhante a conheceu e as duas fundaram uma associação a que se referem, carinhosamente, como “o movimento”. “O movimento” tem como missão promover ações de prevenção e combate ao rapto, seqüestro e *desaparecimento* de crianças e adolescentes.

Tornando o impessoal salão em que conheci a fundadora do “movimento” um lugar especialmente familiar, também estiveram lá durante todo o dia membros do comitê gestor da ReDesap, além de dois policiais do SDP, junto aos quais eu havia realizado a primeira parte da pesquisa. Embora já nos conhecêssemos, aquele evento foi a primeira ocasião em que tanto os membros da rede, quanto os policiais do Setor ouviram palestras minhas a respeito do *desaparecimento de pessoas* em cenário distinto das repartições e reuniões em que até então interagíamos – e, o que é não é pouca importância, carregado da solenidade de um evento público. Para meu alívio, um dos policiais do SDP se disse satisfeito com o evento e com minhas palavras, e feliz por constatar que eu “falo bem” sobre o tema com qual ele trabalha há tanto tempo. Como mostra a já citada etnografia de Comerford (1999), “falar bem” pode ser uma das poucas maneiras de se adquirir espaço e trânsito em “lutas” que não são diretamente nossas. Ao mesmo tempo, porém, aquele que “fala bem” ou “fala bonito” pode ser alvo de especial desconfiança, sobretudo se fala sobre determinado tema, mas não é considerado alguém diretamente atingido por ele. No caso estudado por Comerford (1999), distinções são delineadas entre aqueles que são trabalhadores e aqueles que falam sobre os trabalhadores.

No meu caso, que não sou policial, nem mãe de desaparecido, nem servidora pública, como fui lembrada algumas vezes no curso do trabalho de campo, foi desafiador estar tão exposta à possível desconfiança de meus interlocutores de pesquisa. Saber que um policial do SDP ficou satisfeito com o que ouviu suavizou esse desafio. Mas ouvir de uma mãe de desaparecido que uma das palavras que empreguei inúmeras vezes ao longo do dia

apacou alguns dos seus desconfortos foi um passo além. Seus dizeres, a meu ver, tornaram momentaneamente tangíveis alguns dos efeitos inauditos e imponderáveis da imbricação entre atos de pesquisar e participar, e, ainda, sugeriram uma importante aproximação entre as figuras com que introduzi esse trabalho: o etnógrafo e o burocrata.

Em contraposição ao desafio de participar da produção de *tipos de desaparecimento* e do estabelecimento de fronteiras entre unidades de responsabilidade, os aparentemente triviais dizeres daquela mãe foram iluminadores. Se palavras e enunciados têm efeitos performativos em certos contextos de situação e incidem sobre determinados campos, como nos advertem, a partir de distintas matrizes disciplinares, Malinowski (1935), Austin (1962) e Bourdieu (2008), aquela mãe me revelou o duplo caráter desses efeitos. Enquanto minhas expectativas e desconfortos no curso do trabalho de campo giraram em torno do poder enrijecedor de categorias e enunciados, a fundadora do “movimento” apontou a possibilidade oposta: o poder englobante e reconfortante, mesmo que efêmero, de palavras e enunciados proferidos em determinados espaços autorizados.

Reconhecer essa possibilidade conduziu-me a um exercício que me parece fundamental a todo antropólogo disposto a refletir não apenas sobre dados etnográficos, mas também sobre os fundamentos e as implicações éticas e políticas de suas pesquisas: o exercício de se perguntar não apenas pelo que separa pesquisadores de servidores públicos ou, em termos figurativos, o etnógrafo e o burocrata, mas também pelo que aproxima essas duas figuras, sobretudo em termos do poder que seus enunciados, discursos e textos podem exercer.

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira é doutora em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e professora adjunta da Faculdade Getúlio Vargas (FGV).

NOTAS

- 1 Trata-se da pesquisa que deu origem à minha tese de doutorado (Ferreira 2011).
- 2 Definido no âmbito do Tribunal Penal Internacional em abril de 1998, e regulado pelo chamado Estatuto de Roma, por *desaparecimento forçado de pessoas* entende-se “a prisão, detenção ou sequestro de pessoas por um estado ou por organização política, ou com a autorização, apoio ou aquiescência destes, seguidos da negativa de informar sobre a privação de liberdade ou dar informação sobre a sorte ou o paradeiro dessas pessoas, com a intenção de deixá-las fora do amparo da lei por um período prolongado. Esse conceito foi mantido no Estatuto definitivo, enquanto crime contra a humanidade” (Jardim 2011: 14).
- 3 Termo empregado em todo canto com os mais diversos sentidos, muitos deles pejorativos, burocracia, aqui, não diz respeito senão a uma forma de administração. Segundo a conceituação de Max Weber (1963; 2000), a burocracia é uma das formas que o tipo de dominação racional-legal, característico dos Estados modernos, pode tomar. Um quadro administrativo burocrático é constituído por funcionários que ocupam ativamente cargos públicos e seus arquivos de documentos e expedientes.
- 4 O SDP tem por atribuição investigar casos de *desaparecimento* registrados em um conjunto de delegacias comuns (da 1ª DP à 44ª DP) da capital do estado do Rio de Janeiro. As delegacias que realizam os primeiros registros desses casos têm quinze dias para levar a cabo investigações e dar-lhes desfecho. Extinto esse prazo, caso as investigações não tenham permitido solucioná-los, centraliza-se no SDP a competência e a responsabilidade por todos os casos de *desaparecimento* registrados por aquelas DPs. (Rio de Janeiro 1991). Tais investigações originam documentos que são arquivados, organizados e contabilizados no próprio SDP. Em setembro de 2008, o Setor arquivava casos de 9.293 pessoas que desapareceram no Rio de Janeiro, algumas delas mais de uma vez, desde o ano de 1993.
- 5 Importa frisar que o recurso a esse par de opostos no âmbito do SDP confirma o que trabalhos fundamentais no campo dos estudos antropológicos sobre segurança pública e justiça criminal (cf. Kant de Lima, 1995; Kant de Lima, Pires e Eilbam, 2008; Miranda *et al.*, 2010) vêm demonstrando desde o começo dos anos 1990: o fato de que a autoridade policial se constitui, no cotidiano, através das formas pelas quais os agentes hierarquizam e criminalizam (ou não) os eventos com que têm que lidar. Nos termos de Kant de Lima, Pires e Eilbaum nas delegacias de polícia “os casos de furtos sem provas, ameaças, conflitos conjugais, entre outros, são filtrados, bicados, evitados. É que os casos ‘de verdade’, de ‘repercussão’, os que têm relevância, são os de homicídio, sequestro, roubos de cargas, tráfico de drogas, entre outros.” (Kant de Lima; Pires; Eilbaum 2008: 166)
- 6 A demarcação de uma fronteira entre um universo de crimes e criminalidade em que é adequado haver intervenção por parte de poderes públicos e aquilo que seria de ordem familiar, demandando soluções privadas, aparece também na administração policial e judicial de casos de “violência doméstica” analisados por Muniz (1996), Soares (1999) e Enne, Vianna e Carrara (2002). Embora a questão fuja ao escopo deste texto, vale apontar que o trabalho de Soares, em especial, sugere que há muitas aproximações possíveis entre o SDP e as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) do Rio de Janeiro, cujos funcionários “consideram-se diminuídos em suas carreiras quando são deslocados de outras delegacias para o atendimento de mulheres, pois acreditam que esse é apenas um trabalho de ‘assistentes sociais’ ou ‘psicólogos’. Vêm-se como meros burocratas e desconsideram a singularidade das histórias que lhes são contadas, diariamente, nos balcões” (Soares 1999:53).
- 7 Na tese (Ferreira 2011) e em artigo posterior (Ferreira 2013b) sustento a hipótese de que é a própria controvérsia em torno dessas classificações (*problemas de família, de polícia ou de assistência social*) que constitui o *desaparecimento* como causa pública no Brasil. Argumento, nesse sentido, que é menos o fato atordoante de alguém sumir sem deixar vestígios, e mais os debates em torno da natureza, das causas e das responsabilidades acarretadas por esse sumiço que fazem do *desaparecimento* objeto de debate público.
- 8 O comitê gestor da ReDesap era composto por três delegados de Polícia Civil (dos estados da Bahia, de Mato Grosso do Sul e de Roraima), pelo gerente de um programa estadual de busca de crianças desaparecidas (do estado do Rio de Janeiro), uma conselheira tutelar (representando o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares) e a presidente de uma associação de familiares de pessoas desaparecidas do estado de São Paulo, ela mesma mãe de uma jovem desaparecida, além do gestor/antropólogo e outra servidora da SDH/PR.
- 9 Nos dois primeiros anos de doutorado contei com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nos dois últimos, recebi a Bolsa Aluno Nota 10, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio

de Janeiro (Faperj). Durante a realização da pesquisa propriamente dita, pude contar também com recursos do projeto “Políticas para a Diversidade e os Novos Sujeitos de Direitos: Estudos Antropológicos das Práticas, Gêneros Textuais e Organizações de Governo – DIVERSO”, realizado no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), Museu Nacional/UFRJ, em convênio com a FINEP (Agência Brasileira de Inovação).

- 10 As passagens aéreas que utilizei para estar presente nas reuniões do comitê gestor foram compradas diretamente pela SDH/PR. No tocante aos cursos de capacitação que formulei e ministrei, ocorridos nas cidades de Brasília, Goiânia, Aracaju, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, esse financiamento se deu de forma menos direta. Junto a duas outras antropólogas, Paula Lacerda e Rita Santos, fui contratada para a função pela ONG que mantinha, à época, um convênio com a SDH/PR que previa, entre outros produtos, o “Programa de Capacitação de Atores Estratégicos no âmbito da ReDesap”.
- 11 Em levantamento e análise da produção antropológica sobre documentos e burocracia, recentemente publicada na *Annual Review of Anthropology*, Matthew Hull (2012) revela que há uma passagem específica da obra de Max Weber que é recorrentemente citada por diferentes antropólogos, em diversas teses, artigos e livros, como justificativa para o recurso à análise de documentos. Trata-se, não por mera coincidência, de trecho aludido por mim no presente texto e citado, literalmente, em livro publicado anteriormente (Ferreira 2009: 23). Transcrevo aqui a passagem: “a administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (os arquivos), preservados em sua forma original ou em esboço” (Weber 1963: 230).
- 12 Beviláqua & Leirner (2000) evidenciam isso de modo exemplar ao não só apresentar duas pesquisas etnográficas realizadas em diferentes setores do Estado brasileiro, mas também explicitar a rentabilidade analítica de temas e trabalhos antropológicos clássicos para o tratamento do material produzido a partir delas.
- 13 Os seis tipos de desaparecimento instituídos pelo Cadastro derivaram da experiência de um dos delegados de polícia do comitê gestor da ReDesap. O delegado fazia uso das mesmas categorias para classificar os casos investigados pela Polícia Civil de seu estado. Outra grade de tipos foi sugerida, mais recentemente, no relatório final da “CPI das Crianças e Adolescentes Desaparecidos” (Brasil 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip. 1988. "Notes on the difficulty of studying the state". *Journal of Historical Sociology* 1(1): 58-89.
- ARAÚJO, Fábio Alves. 2008. "Falta alguém na minha casa". In: R. Kant de Lima (org.). *Antropologia e Direitos Humanos* 5. Booklink: ABA/Fundação Ford.
- AUSTIN, John L. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. 2000. "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". *Revista de Antropologia* 43(2): 105-140.
- BOLTANSKI, Luc. 1993. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. 2008. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo : EdUSP.
- BRASIL. 2010. *Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2005 a 2007*. Relatório Final.
- CASTRO, Celso ; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2005. "Quando o campo é o arquivo". *Estudos Históricos* 2 (36): 3 - 5.
- CLIFFORD, James. 1998. "Sobre a autoridade etnográfica". In: *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- COMERFORD, John Cunha. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAP.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2002. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- ENNE, Ana Lúcia; VIANNA, Adriana R.B.; CARRARA, Sérgio. 2002. "Entre o Crime e a Conciliação: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro". *Acervo: Revista do Arquivo Nacional* 15 (1): 39-58.
- ESPINHEIRA, Gey. 1999. *Desaparecimento e desaparecidos: um estudo de violência urbana*. Salvador: CEFIJ.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. 2009. *Dos Autos da Cova Rasa: a identificação de corpos não-identificados no IML-RJ, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Finep/E-Papers.
- _____. 2011. *Uma Etnografia para Muitas Ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- _____. 2013a. "Apenas preencher papel: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos". *Mana: Estudos de Antropologia Social* 19(1):39-68.
- _____. 2013b. "De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo". *Anuário Antropológico* (2012) 1:191-216.
- HERZFELD, Michael. 1992. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: the University of Chicago Press.

- _____. 1997. *Cultural intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York/London: Routledge.
- HULL, Matthew. 2012. "Documents and Bureaucracy". *Annual Review of Anthropology* 41: 251-267.
- JARDIM, Tarciso Dal Maso. 2011. *Brasil condenado a legislar pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: da obrigação de tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoas*. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado/Textos para discussão, n. 83.
- KANT DE LIMA, Roberto. 1995. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- _____.; PIRES, Lenin; EILBAUM, Lúcia. 2008. "Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos". In: R. Oliven *et al.* (orgs.) *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores/ANPOCS.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1978[1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. 1935. *Coral gardens and their magic: a study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands*. London: George Allen & Unwin Ltd
- MARCUS, George E. 1995. "Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography". *Annual Review of Anthropology* 24: 95-117.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. 2005. "Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção". *Avá: Revista de Antropologia* 4: 1-27.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de *et al.* 2010. "A reinvenção da 'cartorialização': análise do trabalho policial em registros de ocorrência e inquéritos policiais em 'Delegacias Legais' referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro". *Segurança, Justiça e Cidadania* 4: 119-152.
- MUNIZ, Jacqueline. 1996. "Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ". In: L. E. Soares *et al.* (orgs.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER: Relume Dumará.
- OLIVEIRA, Dijaci David. 2007. *Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e de segurança pública*. Tese de Doutorado. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília (UnB).
- _____.; GERALDES, Elen Cristina. 1999. *Cadê Você*. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2009. "Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia". *Cadernos do Leme* 1(1):2-27.
- REZENDE, Patrick Arley de. 2012. *Corpos sem nome, nomes sem corpos: desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- RIO DE JANEIRO. 1991. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Resolução SEPC 513 de 16 de dezembro de 1991. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública.
- RILES, Annelise. 2009. "Introduction: a response". In: *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- SCHUCH, Patrice. 2009. *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto*

pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS

SOARES, Bárbara Musumeci. 1999. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de Segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2002. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP/UFRJ.

_____.; CASTRO, João Paulo Macedo e. 2008. "Política(s) Pública(s)". In: O. Pinho; L. Sansone; (orgs.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: ABA/EDUFBA

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. 1999. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

WEBER, Max. 1963. "Burocracia". In: *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil

RESUMO

O artigo discute questões de ordem metodológica implicadas em uma experiência particular de pesquisa etnográfica: um trabalho de campo extensivo realizado junto a servidores públicos, funcionários de organizações não-governamentais (ONGs) e membros de associações civis reunidos em uma rede de instituições voltada para a prevenção e o enfrentamento de casos de desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. Recompondo parte da trajetória de pesquisa e analisando alguns episódios centrais do trabalho de campo, discuto as possibilidades e os desdobramentos da aproximação entre autoridade etnográfica e autoridade burocrática implicadas nesse contexto específico de pesquisa e, ainda, trato dos dilemas da articulação entre pesquisa e participação por ele engendrados.

PALAVRAS-CHAVE: desaparecimento de pessoas; etnografia; autoridade; burocracia; participação

Researching and participating in the formulation of a public cause: ethnographic notes on the missing persons issue in Brazil

ABSTRACT

This article discusses methodological issues posed by a particular experience of ethnographic research: an extensive fieldwork among public servants, non-governmental organization (NGO) workers, and members of civil society associations assembled into a network of institutions dedicated to preventing and confronting cases of missing people in contemporary Brazil. By recomposing the research trajectory and analyzing particular fieldwork episodes, the text discusses possibilities and consequences of the proximity between ethnographic and bureaucratic authority involved in that particular context. It also discusses the dilemmas posed by the connections between research and participation engendered by that particular ethnographic situation.

KEY WORDS: missing persons; ethnography; authority; bureaucracy; participation